

REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO MATOGROSSENSE: O desafio do campesinato em áreas do agronegócio.

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira-
Prof. MS. Universidade do Estado de Mato Grosso, doutoranda em Geografia Universidade Federal Fluminense, financiamento FAPEMAT.
Prof. Dr. Jacob Binstok – Orientador –UFF.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca entendimento da reprodução do campesinato, inserido em áreas do agronegócio. Assim, o questionamento que norteia este estudo é: Como se comportam a agricultura camponesa no espaço dominado hoje pela técnica e o agronegócio? O agronegócio tem representado os interesses dos grandes agricultores inseridos no neoliberalismo que, por sua vez defendem os interesses do grande capital e da produção da monocultura voltada para a exportação. Em função disso, o conceito de agricultura camponesa passou a ser visto como atrasado arcaico e, sobretudo, ultrapassado, como se fosse possível estabelecer se alguns conceitos podem mudar ou até mesmo se metamorfosear. O objetivo desta pesquisa é analisar a recriação da Agricultura Familiar ou Camponesa dos trabalhadores rurais do MST, no Estado de Mato Grosso, inseridos no espaço agrário hoje dominado pelo agronegócio. Assim, como refletir as políticas públicas do Governo Federal aos agricultores camponeses, concomitante à sua recriação. Junto a expansão do agronegócio acontece o agravamento da questão ambiental, capitaneada pelos grandes produtores de terras. Pois hoje, ampliam-se cada vez mais as áreas desmatadas e os nossos governantes sobretudo do Estado de Mato Grosso, insiste em brigar com os números que tem sido disponibilizado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Diante deste quadro, resta aos excluídos do acesso e das condições de se manter nela, a luta pela terra. Porém, ressaltamos que o camponês do qual insistimos em defender é aquele que está preocupado com a mudança da sociedade, e isto pode significar muitas vezes a mudança do ambiente de morada, retirando-se muitas vezes para a terra das possibilidades. Esta pesquisa esta sendo desenvolvida através de fases previamente elaboradas. Consistindo no levantamento bibliográfico teórico e histórico sobre a temática. A segunda fase, consisti no trabalho de campo, onde basicamente temos nos utilizado da técnica de entrevista. Na última etapa, efetuiremos a seleção, classificação e tabulação dos dados e informações, assim como a elaboração de mapas, gráficos ou outros recursos que permitam a visualização da dinâmica social, a partir do tratamento dos dados e informações obtidas,. Assim, por final, procederemos à interpretação e análise dos resultados obtidos a luz de abordagens qualitativa e quantitativa, para uma melhor demonstração dos resultados desta pesquisa. As mudanças tecnológicas no campo e nas relações de trabalho ocorridas após a modernização conservadora das décadas de 1960/70, trouxeram também ao campo brasileiro a monocultura em grandes extensões de terra, voltada ao mercado externo, subordinando desta forma não só os grandes proprietários de terras, mas também pequenas extensões de terra. Em Mato Grosso, a produção de soja chegou no final da década de 1970 e hoje já consiste na principal cultura produzida pelos grandes produtores agrícolas.

Inicialmente com levas de migrantes, sobretudo sulistas, que vieram no bojo do Programa de Integração Nacional, colonizando grande parte do território matogrossense e suplantando aos poucos a produção de arroz, até então uma das culturas mais produzidas. Desde 1985, a soja se estabeleceu, absorvendo tecnologia e trazendo ao espaço implicações sócioeconômico-ambientais. A produção da soja chegou a atingir o seu ápice em dez anos, 1985/1995, crescendo nesse período 264%. O estado hoje é recordista no país, com a previsão para a safra de 2007 de produção de 50% do país (há que se destacar aqui que no ano de 2006 foi um ano de muita reclamação por parte dos produtores em parte pelo dólar desvalorizado e também em função de pragas como a da ferrugem asiática), constituindo-se em um modelo de produtividade, não só para o Brasil, como para outros países. Nas últimas décadas, vários governos estaduais persistiram no objetivo de transformar este estado no celeiro da produção de grãos, e isto foi atingido, indiscutivelmente. Mato Grosso tem se destacado no ranking de produção agrícola. É preciso destacar que o Estado de Mato Grosso, não é o eldorado do agronegócio, onde todos os proprietários de terras têm oportunidades iguais. Lamentavelmente os grandes proprietários de terras desde o advento da modernização agrícola vêm recebendo subsídios e, com isso, têm conseguido ampliar a produção, mas a categoria composta de proprietários com pouca terra ou de sem terras tem lutado muito para se reproduzir. A estrutura fundiária é formada por grandes propriedades de terras que estão concentradas nas mãos de poucos, o latifúndio ainda predomina. Os produtos como carne, algodão e a soja são *commodities* e por isso são influenciados pelo mercado internacional, de todos estes, o algodão é a cultura mais sensível às oscilações do mercado, que demanda por preços cada vez mais competitivos, também é uma cultura que exige maquinários pesados e caros além de muito agrotóxicos causando assim muitos danos no ambiente que necessita de muito tempo para ser recuperado. Porém, apesar de todo o impacto negativo tanto no social como ambiental, o governo brasileiro tem tido o cuidado de proteger o agronegócio voltado ao mercado externo, pois este tem contribuído com superávit na balança comercial. A expansão e a consolidação do agronegócio no Centro Oeste, tornam esta região a que mais concentra conflitos no campo, em função do interesse internacional por esta região. Os camponeses inseridos no MST recolocaram a questão agrária na agenda política brasileira. Para os camponeses a posse da terra de fato é o motivo para continuarem lutando, através da organização e resistência a que são submetidos, contra o domínio do controle do espaço e tempo pelo capital, a dominação, e por outro lado, a resistência e o confronto têm resultado em conflitos na sociedade brasileira, evidentes mesmo no Governo Lula. Mas a luta não é só por causa de terra, e sim contra o sistema capitalista que explora e oprime.

1- O agronegócio e o desvelar da Re-criação do campesinato

O agronegócio, tem sido discutido por vários autores, entre os quais Gonçalves (2005) e Fernandes (2005). Assim como o agronegócio a agricultura sustentável, foi incorporado no discurso das pessoas sejam elas pessoas letradas ou não letradas, tornando assim, um conceito *fashion* não só na academia, mas na sociedade. Em função disso, o conceito de agricultura camponesa passou a ser visto como atrasado arcaico e, sobretudo, ultrapassado, como se fosse possível estabelecer se alguns conceitos podem mudar ou até

mesmo se metamorfosear. Também a ideologia do desenvolvimento sustentável foi incorporado ao discurso daqueles que desenvolvem a agricultura moderna hoje denominada de agronegócio, assim, como procura apreender as dimensões sociais e humanas da construção e da luta por autonomia junto aos trabalhadores camponeses no espaço agrário matogrossense, espaço dominado pelo meio técnico científico informacional (SANTOS, 2001). Dessa forma, as contradições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, *são as velhas formas se apresentando no modelo novo de produzir*.

Procuramos também apreender o significado do prefixo RE, a partir da concepção de Morin (2005). Para este autor, a idéia de uma organização ativa (camponeses) é sinônimo de reorganização permanente, pois para ele todo ser humano, das estrelas, até as máquinas se organizam, se reorganizam,

[...] pela repetição dos processos, na renovação dos componentes, no restabelecimento do estado estacionário ou da homeostasia. Toda a reorganização permanente é, ao mesmo tempo, por um lado recorrência no sentido em que insufla ser a existência, por outro lado recorrência no sentido em que produz aquilo que é necessário à sua própria produção. Encontramos o prefixo RE nos termos que acabamos de empregar: reorganização, recorrência, repetição, renovação, restabelecimento, regeneração (MORIN, 2005, p. 373).

De acordo com este pensador o prefixo/raiz RE apresenta uma riqueza, que nem sempre é observada por aqueles que se utilizam desse prefixo, que pode apresentar os diversos significados:

- a idéia de repetição (dobrar e multiplicação);
- a idéia de recomeço e de renovação;
- a idéia de reforço (MORIN, 2005, p. 373).

Também apresenta a idéia de comunicação e conexão “entre aquilo que de outro modo estaria separado (como se religar, reunir)” (MORIN, 2005, p. 373).

Assim, o prefixo RE, de acordo com este autor merece ser conceituada, de forma radical, por que é reorganizadora, recorrente, regeneradora. Ainda assevera que o RE “[...] concerne o ser, a existência, o si: por outro, o RE não concerne senão produções de ações, de efeitos, de objetos” (MORIN, 2005, p. 373).

Os camponeses do qual falamos em nossa Tese, vêm atuando nos movimentos sociais, como o MST, pois estes têm o compromisso com a sociedade e entendem que terra é condição essencial para reproduzir seus modos de vida e assim, vão construindo os seus espaços de luta e resistência através do movimento pelo espaço e no decorrer do tempo, através das ocupações de terra e assim através da luta eles vão construindo e conquistando e ou reconquistando, parte do território. Assim,

[...] produzir o seu próprio espaço significa necessariamente possuir um determinado controle sobre o seu tempo, pois o espaço e o tempo são as formas fundamentais, as condições básicas da existência humana (FERNANDES, 1999, p. 23).

Quando se utiliza o prefixo RE, para tratar da vida, do ser humano, como o camponês, esta raiz apresenta uma riqueza maior, mesmo considerando que as vezes vive-se momentos de instabilidade, pois isto é próprio do ser humano, todas as idéias em torno do RE “estratégias, representações, devaneios, sonhos, necessitam da rememoração; todo o fenômeno de consciência necessita de um retorno subjetivo/objetivo sobre si” (MORIN, 2005, p. 375). O prefixo RE está em toda parte, pois o

RE repara, restaura, reconstitui, fabrica, reproduz, renova, reorganiza, regenera, recomeça, no pormenor e no conjunto, levando nos seus turbilhões, circuitos, recorrências [...], os bilhões de indivíduos que se sucedem em cada espécie, cada ecossistema, cada sociedade (MORIN, 2005, p. 375).

Ao mesmo tempo, que este prefixo aponta para a destruição, também encaminha para a reconstrução. O camponês, é uma categoria que alguns pensadores defenderam a idéia de que seria tragada pelo capitalismo, pois a partir do momento que as máquinas tomam conta do território e impõe um novo modelo de produção não permite o espaço para a reprodução da pequena propriedade. Mas como a contradição também faz parte do sistema capitalista, Esse mesmo sistema tem permitido através de suas brechas, a Reprodução do campesinato.

O autor ao apontar algumas formas que o prefixo RE assumi, como por exemplo, o da Repetição, assevera que esta categoria é importante para pensar o RE, assim, a repetição assume a forma de “[...] reiteração, ou reutilização/reconstituição do mesmo caminho ou processo, isto é, circuito, ciclo, anel” (MORIN, 2005, p. 377). Assim, a repetição pode comportar:

- o retorno para trás a casualidade (retroação);
- o retorno para trás na temporalidade (recurso à memória genética, reprodução do anterior, retorno ao *arkhe*);
- a re-entrada autocomputacional/auto-referente (MORIN, 2005, p.

377).

O RE assume, sua forma mecânica, através da:

→ organização

RE → produção

→ geração, que pode significar, organizar, produzir, gerar. De acordo com Morin (2005, p. 377), “a regeneração é a reorganização no plano do ser e da existência”. O sufixo RE, nos aponta para o caminho da Reflexão, pois não há indivíduo ou categoria, que não deixe de refletir sua atuação. Mas a enquanto categoria de análise a Recorrência, pode ser mais rica do que Repetição.

A recorrência é um processo cujos efeitos e/ou produtos são necessários à sua geração e/ou regeneração. Em outras palavras, os produtos gerados são indispensáveis à sua causa. Isto significa que a

recorrência constitui um circuito formando anel, até a morte, numa geração/produção de si ininterrupta (MORIN, 2005, p. 378).

Assim, o campesinato tem se recriado, mesmo dentro da produção capitalista, pois o capitalismo gerou na economia brasileira a economia de fronteira, o progresso de algumas áreas, a exemplo de muitos municípios matogrossense, oriundos do processo de expansão da fronteira agrícola, tem sido sinônimo de crescimento econômico, com base na exploração dos recursos naturais. Baseado na economia de fronteira, ele evoluiu, com a contribuição da academia, para o padrão de desenvolvimento sustentável, que objetiva a eficiência máxima e o desperdício mínimo quanto ao uso dos recursos naturais. E essas áreas de fronteira tem se constituído o lócus da reprodução do campesinato, que se encaminha para essas localidades como pioneiros, abrindo a terra, atribuindo valor a terra, possibilitando que uma segunda leva de produtores capitalizados se instalem nessas áreas.

Mas esta produção capitalista nas áreas de fronteira, tem sido acompanhado de desmatamentos e outros impactos no ambiente, por isso mais recentemente, os grandes proprietários de terra encontraram no discurso do desenvolvimento sustentável, mais uma alternativa que o capital buscou para se perpetuar. E tem se perpetuado nas áreas mais longínquas, tidas historicamente como áreas de fronteira e que ainda preservam recursos naturais como a Amazônia Legal (criada pelos governos militares) onde se insere todo o Estado de Mato Grosso. O paradigma do desenvolvimento sustentável tem tido como aliado grupos que historicamente tiveram uma ideologia contrária à expansão capitalista na Amazônia, como os agricultores familiares ligados a CPT, ao MST e ONGs. Muitas ONGs têm se apoiado no GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), presente no norte do Estado de Mato Grosso. Por isso, o uso da expressão desenvolvimento sustentável, precisa ser questionado, neste texto pois, o Estado de Mato Grosso, é governado pelo maior produtor individual de soja do mundo, que não tem um entendimento do ambiente, mas a certeza de que o estado tem muitas terras e é possível utilizá-las de forma sustentável.

De acordo com Sahr (1998), a discussão em torno do desenvolvimento sustentável, tem uma relação entre a ciência e a política. A idéia do desenvolvimento sustentável nasceu na economia. Como palavra o desenvolvimento sustentável, foi usado pela Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Com a incorporação da dimensão ecológica, transformou-se em conceito na década de 80. Nos anos 90, a Declaração do Rio de Janeiro (Eco-92), visava o desenvolvimento sustentável. Também na primeira década do século XXI, este conceito tem norteadas as discussões internacionais interdisciplinares, sobre a relação entre a natureza e o desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento sustentável se tornou muito utilizada e esta na boca das pessoas seja na universidade, seja no assentamento que temos visitado no Estado de Mato Grosso, porém a ciência hoje é colocada em xeque pois não dá conta de explicar o conceito de desenvolvimento sustentável. “O discurso do desenvolvimento sustentável apresenta-se, deste modo, como uma modificação cultural do próprio meio acadêmico nas condições da pós-modernidade” (SAHR, 1998, p.67).

O Desenvolvimento Sustentável, almejado na Declaração da Eco-92, pretendia,

estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais

estratégicos e populações, [...] reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar (CONFERÊNCIA Apud SAHR, 1998, p.68).

Menos de duas décadas depois, o que se vê é o fracasso dos objetivos almejados desse desenvolvimento, os dados de órgãos como INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) apontam o desmatamento crescente no país, sobretudo no Estado de Mato Grosso. A idéia do Desenvolvimento Sustentável criado pelos cientistas e incorporado ao discurso político, para propiciar melhoria de vida para a população do planeta. Porém, não é o que se observa, pois, a população “está longe de poder ser descrita por esta expressão. Para estes, o “desenvolvimento sustentável” é apenas uma expressão vazia, uma palavra no ar” (SAHR, 1998, p.67).

A idéia de desenvolvimento sustentável está muito ligado ao desenvolvimento econômico, é claro que o desenvolvimento social também é almejado. E o desenvolvimento econômico sempre foi utilizado nos discursos oficiais a possibilidade de superação do subdesenvolvimento dos países que mais apresentam distorções sociais. E nesse sentido o ambiente pode parecer um obstáculo ao crescimento econômico (ROMEIRO, 1991).

No debate sobre o desenvolvimento, a perspectiva dominante é a de que o crescimento econômico por si só é condição necessária e suficiente para o desenvolvimento econômico, entendido este último como algo mais amplo, envolvendo o bem-estar social, qualidade de vida, etc. (ROMEIRO, 1991, p. 142).

O desenvolvimento econômico então é o aspecto mais importante, é o ambiente é reduzido a uma base de recursos naturais. Um dos desafios para conseguir o desenvolvimento é o investimento na qualificação da mão-de-obra.

No ano de 2003, o governo Lula criou o PAS (Plano Amazônia Sustentável) em parceria com governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, parte do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Este plano busca o desenvolvimento regional, contribuindo com a geração de renda e inclusão social. É um plano que pretende ser inovador integrando os Ministérios do Interior, do Meio Ambiente e do Planejamento e pela Casa Civil ligado a presidência da República.

2- Repensando o desenvolvimentos capitalista no campo

As mudanças tecnológicas no campo e nas relações de trabalho ocorridas após a modernização conservadora das décadas de 1960/70, trouxeram também ao campo brasileiro a monocultura em grandes extensões de terra, voltada ao mercado externo, subordinando desta forma não só os grandes proprietários de terras, mas também pequenas extensões de terra ou a agricultura familiar ou mesmo a agricultura camponesa.

O agronegócio tem representado os interesses dos grandes agricultores inseridos no neoliberalismo que, por sua vez defendem os interesses do grande capital e da produção da monocultura voltada para a exportação.

Em Mato Grosso, a produção de soja chegou no final da década de 1970. Inicialmente com levas de migrantes, sobretudo sulistas, que vieram no bojo do Programa de Integração Nacional, colonizando grande parte do território matogrossense e suplantando aos poucos a produção de arroz, até então uma das culturas mais produzidas. Desde 1985, a soja se estabeleceu, absorvendo tecnologia e trazendo ao espaço implicações sócioeconômico-ambientais. A partir de 1980, a cultura da soja seduziu grande parte dos produtores capitalizados deste estado, a exemplo do Município de Lucas do Rio Verde, localizado a 350 Km de Cuiabá, no norte matogrossense colonizado em 1981 que hoje se destaca na produção de grãos, sendo um modelo de produtividade para todo o país. Anualmente o Ministro da Agricultura faz a abertura da colheita de soja nesse Município.

A produção da soja chegou a atingir o seu ápice em dez anos, 1985/1995, crescendo nesse período 264%. O estado hoje é recordista no país, com a previsão para a safra de 2007 de produção de 50% do país (há que se destacar aqui que no ano de 2006 foi um ano de muita reclamação por parte dos produtores em parte pelo dólar desvalorizado e também em função de pragas como a da ferrugem asiática), constituindo se em um modelo de produtividade, não só para o Brasil, como para outros países, como afiança Bernardes (1996).

As práticas que contribuem para garantir os diversos projetos nessa fronteira capitalizada geram um padrão espacial que revela que essas áreas funcionam como incubadoras de atividades com forte sinergia local, implicando uma mera reorganização do espaço segundo as novas exigências, passando a apresentar maior conexão com unidades de pesquisa, com mão-de-obra qualificada, aproveitando as possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem. Essa organização deriva da eficiência da iniciativa privada, com capacidade de alto nível de manipulação racional do meio ambiente (BERNARDES, 1996, p. 336).

Seduzidos pelo grande negócio na agricultura, os produtores na década de 1990 introduziram neste espaço a produção de algodão, produção esta que envolve muita tecnologia, e máquinas que chegam a custar alguns milhões de dólares.

Nas últimas décadas, vários governos estaduais persistiram no objetivo de transformar este estado no celeiro da produção de grãos, e isto foi atingido, indiscutivelmente. Mato Grosso tem se destacado no ranking de produção agrícola, assim como já é o primeiro na produção de soja, com 9,5 milhões de sacas só no ano de 2001, ou aproximadamente $\frac{1}{4}$ da produção do país. Também o maior produtor individual de soja do mundo produz neste território. Também é o segundo na produção de sorgo, com duzentas toneladas ou aproximadamente $\frac{1}{5}$ da produção do país e colhe 11% do arroz que o Brasil consome. A área plantada em 1995 era de 3.524.621 hectares. A produção de grãos foi de 15.101.390 toneladas.

Os impactos ao ambiente têm sido também igualmente grandes ao da expansão da produção capitalista. Pois, apesar da alta produtividade e dos impactos no ambiente, a moderna agricultura é sensível demais ao capital especulativo. Agora, por exemplo, a reclamação dos grandes produtores por conta da queda do dólar, é visível. Estes por sua vez sempre recorrem ao governo brasileiro para pedir ajuda recursos que deveriam ser investidos na agricultura familiar, na Reforma Agrária, até porque esses produtores

conseguem acumular capital, diferentemente dos camponeses, que produzem apenas para se reproduzir, os grandes proprietários de terras também têm condições de recorrer a bancos para contrair financiamento. Também existem produtores que são dependentes de grandes multinacionais como a Cargill, Bunge e ADM, que se beneficiam desta vulnerabilidade do mercado interno brasileiro.

A cultura da soja chegou a Mato Grosso a três décadas de forma lenta e acabou substituindo as culturas até então produzidas neste estado, dominando a produção no território matogrossense, como argumenta esta autora,

No final dos anos 70 a soja chega timidamente ao cerrado matogrossense, suplantando pouco a pouco outros cultivos, como arroz de sequeiro, na época a lavoura de maior destaque na região. Triunfou sobre as lavouras de subsistência e a pecuária extensiva e venceu também o espaço vazio ou quase vazio (BERNARDES, 1996, p. 330).

As políticas públicas de ocupação do Centro-Oeste, contribuíram para a vinda de produtores principalmente do Sul do país, que vendiam suas terras lá no seu estado por um valor significativo, depois, quando aqui chegavam, compravam uma extensão de terra maior, ou seja, seu capital era multiplicado. Nesse sentido, muitos desses agricultores já tinham a tradição de plantar a soja, contribuindo ainda para o sucesso da produção desta cultura, que se somou às condições favoráveis do clima e do solo de Mato Grosso. Nas grandes propriedades este é um processo quase irreversível, como afirma esta autora,

As grandes empresas, via de regra oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocam para a região dispondo de instrumentos técnicos que aumentam o seu poder, imobilizando importantes recursos de capital, seja em termos de instalações, maquinaria e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura. Trata-se de aproveitar no Brasil Central as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitem mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais. O resultado é o aumento considerável dos volumes de produção e de negócios, embora a custo da diminuição da quantidade de trabalhadores. A produtividade é o conceito-chave nesta realidade (BERNARDES, 1996, p. 328).

A produção de soja no Estado de Mato Grosso que, apesar de ser uma cultura que chegou de repente, em menos de três décadas ampliou-se significativamente tanto em área como em produtividade. A cultura do algodão apesar de recente apresenta uma produção crescente. É uma cultura que envolve muita tecnologia e muito capital, além de pouca mão-de-obra altamente especializada.

O uso de praguicidas e adubos é menor, entretanto não é inexistente. Por isso, o risco de contaminação quer seja ambiental, quer seja diretamente na vida humana existe, levando-se em conta que estes produtos permanecem no solo e dispersam-se pelo ar. Desta

forma, o produto aplicado longe dali, pode ser trazido pelo vento ou mesmo contaminando o lençol freático.

As respostas humanas aos riscos ambientais são feitas através de ajustamentos e adaptações, procurando superar os efeitos negativos dos riscos e ocorrem em função de níveis ou limiares. Isto somente será atingido se houver um amplo trabalho de informação e conscientização dos agricultores para que eles possam aproveitar as modernas tecnologias visando ao aumento da produção e da produtividade sem causar riscos à sua saúde e ao ambiente (POLTRONIÉRE, 1992, p.188, 189).

De acordo com Poltroniere (1992), o meio ambiente é dinâmico, composto de elementos químicos e físicos, bióticos, humanos e sócio culturais, ou seja, tudo o que nos rodeia e nos inclui.

Uma realidade também observada durante esta pesquisa foi que, em grandes propriedades com dois ou três funcionários, o salário é muito baixo em proporção ao custo de produção e lucro. Este fato revela que o salário é o menor custo em todo o processo de produção e venda do produto. Assim,

É possível constatar a presença das formas capitalistas clássicas ao nível de processo produtivo, isto é, grandes empresas agrícolas operando à base do trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada, nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais-valia diretamente ao nível do processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.127).

Desta forma, a mecanização vem substituindo cada dia mais o trabalho que outrora era realizado por muitos braços. Partindo do princípio que “[...] a principal relação homem-homem é justamente a relação de propriedade das forças produtivas” (CASSETI, 1991, p. 25), nesse sentido, é a relação homem-homem que dá a direção geral à relação homem-meio.

Já do outro lado nas pequenas unidades de produção, seja no assentamento ou em outras pequenas propriedades, a característica fundamental da agricultura camponesa é a de ser uma unidade familiar de produção. A mão-de-obra empregada concentra-se nos membros da própria unidade familiar produtora que apenas eventualmente são obrigados a recorrer à mão-de-obra assalariada. No trabalho familiar fundamental á sua existência, realça-se o significado da constituição desta força de trabalho para cada unidade, principalmente quando se constata que o camponês, como uma organização inserida no capital, vê-se cada vez mais comprimido nos limites da luta pela sobrevivência.

A força de trabalho de cada exploração camponesa é constituída pelos próprios membros da família. Entendemos a importância da variável idade, para a composição da mão-de-obra.

A produção familiar é aqui vista, enfatizando-se a unidade familiar camponesa, na medida em que se une em volta de uma mesma exploração para produzir a própria subsistência e o excedente para o mercado, com uma divisão de trabalho que lhe é peculiar,

onde as posições se acham estabelecidas por critérios rudimentares de diferenciação cristalizada pela idade e sexo principalmente, é uma unidade de produção, e, na medida em que é composta de seres humanos que precisam satisfazer suas necessidades básicas e o fazem no mesmo núcleo familiar, são unidades de consumo.

O fator trabalho, na agricultura camponesa, cresce e reveste-se de importância à proporção que ela perde divisas em termos de área possuída e restringe-se às necessidades com a aquisição dos meios de produção adequados e ao consumo interno da família (alimentos, higiene, vestuário, saúde e educação). As condições desfavoráveis (de troca) que lhes são impostas, fora a maximização do que dispõe, que é o trabalho. Isto se traduz, assim, como uma compensação do trabalho intensivo que o camponês impõe a si e aos outros membros de sua família. Somam-se a isto a carga horária de trabalho diário, a extensão da jornada semanal de trabalho, a idade em que os filhos começam a ajudar no trabalho agrícola familiar.

A jornada de cada trabalhador chega a variar de 8 a 12 horas, já para outros “Não tem hora, quando amanhece até escurecer” (Assentado, Antonio Conselheiro). Estes números não chegam a superar as horas diárias de trabalho consideradas normais em nossos dias, porém há outros fatores que agravam esta situação: primeiro esta carga horária não é só do chefe da família, mas também da esposa e dos filhos. Deve-se levar em consideração que o trabalho agrícola exige muita energia física, as condições ambientais (sol, chuva, frio, sereno e picadas de insetos), além dos instrumentos que não deixam de representar um perigo quando mal-utilizamos (machado, enxada, foice, motosserra etc.).

Entretanto o descanso dominical também é um hábito, quando se tira o dia para passear na casa de vizinhos ou amigos; geralmente o almoço do domingo é feito em conjunto com os vizinhos.

A sucessão de horas diárias e dias semanais dedicados ao trabalho dão-se em todos os meses do ano não se conhecendo trégua. As férias do camponês se constituem em suas idas ao Posto de Saúde, à cidade para fazer compras ou nos dias em que o trabalho agrícola é menos pesado, ou quando não encontra trabalho fora. Nunca se abranda o ritmo de trabalho; alguns chegam a colocar a situação em tom de revolta, pois a vida é trabalhar e tem que ser assim para garantir a sua reprodução enquanto sujeito social.

Os camponeses do assentamento Antonio Conselheiro localizado no Município de Tangará da Serra, apresentam uma carga de trabalho relativamente alta, principalmente quando se analisa o baixo nível de qualidade de vida, a habitação muitas vezes de madeira, em algumas situações com banheiro fora da casa ou sem banheiro, piso batido, poucos móveis. Mesmo nos locais pesquisados que possuem energia elétrica, os eletrodomésticos são poucos, mas o rádio se faz presente em praticamente todas as propriedades pesquisadas.

As roupas são poucas, quase não se compra este artigo, pois o numerário obtido com a venda dos produtos agrícolas praticamente não permite isto. Os cuidados com a saúde médica e odontológica são quase inexistentes, pelos seguintes motivos: “A ida ao médico ocorre em casos de extrema necessidade” (Assentado, Antonio Conselheiro).

Mas de uma forma geral as pessoas que conseguimos entrevistar gozam de boa saúde, como enfatiza uma camponesa: “Ninguém em casa graças a Deus, tem necessidade (Assentada). As dificuldades no atendimento médico são as mesmas em relação ao

atendimento odontológico. Muitos apresentam cáries e outros já sofrem com dor de dente e têm dificuldade até mesmo de extrair um dente, como explica este camponês: “Nem sei quando fui, agora to precisando extrair os dentes” (Assentado).

Também merece destaque a ausência ou a má vontade de fazer um tratamento mais demorado que os profissionais dentistas apresentam, pois algumas vezes o dente está bom, apenas com algumas cáries, e o dentista simplesmente arranca, porque é mais fácil para a paciente.

Os assentados de Antonio Conselheiro se utilizam deste sistema de trabalho. A insuficiência de braços familiares para atender em tempo a todos os serviços, a falta de recursos para pagar trabalhadores, a necessidade de execução de certas tarefas como preparo da terra para plantio e o estreitamento de relações de amizade com os vizinhos permitem esta troca.

La transformación del pequeño productor en obrero asalariado presupone que ha perdido los medios de producción – tierra, instrumentos de trabajo, taller etc. es decir, su ‘empobrecimiento’, su ‘ruina’. Existe el concepto de que esa ruina ‘reduce la capacidad adquisitiva de la población’, ‘reduce el mercado interior para el capitalismo (LÊNIN, 1974, p. 27).

O campesinato tem na utilização do trabalho da família uma de suas características mais significativas. A relação social de produção é a familiar. Contudo não é a única no modelo camponês, podendo coexistir a ajuda mútua e o trabalho assalariado. Em que pese à preponderância da relação familiar, o trabalho assalariado ganha importância, na medida em que é a forma muito recorrente nas unidades familiares/camponesas. Tendo em vista a análise que vimos fazendo sobre a unidade camponesa, podemos afirmar que o trabalho assalariado lhe é inerente.

O camponês assalaria-se para poder assalariar a sua própria exploração agrícola. Seu trabalho como assalariado temporário na propriedade de fazendeiros, próximo ou mesmo em outras cidades, ocorre porque desta forma, poderá contratar trabalhadores para lhe ajudar em sua unidade familiar. A questão do assalariamento por parte do camponês na propriedade de outro ou na sua própria, através da contratação, parece ser uma relação social capitalista de produção. Esta conclusão nos remete para a análise desta relação.

A relação social de produção capitalista tem como pressuposto a separação dos meios de produção e do trabalhador. O camponês, ao assalariar trabalhadores no interior de sua propriedade, depara-se com um camponês que possui propriedade ou acesso a terra, possui instrumentos de trabalho e os bens de consumo. Portanto, a relação que se estabelece não é puramente capitalista, como exposto acima ou como ocorre na indústria. O trabalhador que, porventura, se assalaria para o camponês, na situação em estudo, é muitas vezes o seu vizinho que chega mesmo a trocar o dia de trabalho por produtos. Assim, não há uma relação de oposição entre o camponês que assalaria e o que é assalariado. Tavares dos Santos (1979, p. 44) lembra que não podemos, “Diferenciar aqui posições sociais entre personagens que são efetivamente unos, personificação de um mesmo processo de trabalho camponês”.

O camponês é aquele que vive na terra, planta, colhe o alimento que vai para sua mesa e para o mercado, é quem vende e também quem compra o que não produz na sua propriedade (M-D-M). O camponês conhece a terra e, portanto, a natureza.

A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas as determinadas tarefas. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência (MOURA, 1988, p. 9).

O camponês é o proprietário de pequenas extensões de terras, onde cultiva com sua família, tendo o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Assim, distinguimos o camponês do agricultor familiar e da pequena produção. Moura (1988), afiança que o conceito de camponês e campesinato possui tanto vitalidade histórica e teórica quanto empírica. O camponês é visto na nossa sociedade como o pobre, o coitadinho, sempre de forma subalterna e muitas vezes eles próprios se vêem assim. Etimologicamente a categoria camponesa vem de campo (campus, no latim). Chayanov (1974), que se constitui até hoje num dos maiores estudiosos sobre o camponês, passou a idéia de sofrimento e sacrifício ligada ao trabalho desta categoria. Já Teodor Shanin (1983), afirmou que, se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje, é provável que continuem a existir por muito tempo. Assim a visão marxista nos remete para a contradição do capital, pois os motivos que lhes permitem a reprodução são maiores do que os que o levam à extinção. Nesse sentido, Moura (1988) assevera que se pode falar mais em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato, do que em extinção.

O mesmo camponês expressa um papel contraditório, ao resistir, em relação ao capitalismo que não o extingue. Pensamos que o capitalismo não dá conta de absorver toda a massa de produtores. Assim, a manutenção do campesinato remete também a políticas compensatórias do próprio Estado Nacional. Então o governo Federal ao invés de distribuir cartão para que famílias carentes adquiram alimentos (apesar de que temos a clareza de que esta política também garante a distribuição de renda), deve implementar políticas que lhes permitam produzir os seus próprios alimentos.

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação porque se dá através de processos não lineares dentro de sua reconstituição histórica. Atravessa descontinuidades. É uma categoria social constitutiva de várias sociedades e a 'estranha classe' constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência que é dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que respondem de formas variadas á lógica do mercado mais amplo. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento conseguisse descrever a sua trajetória de sujeitos históricos (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 121).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos discutir neste texto o desafio do desenvolvimento sustentável frente à expansão do agronegócio e o esforço do campesinato para se reproduzir. Buscamos a apreensão do significado do prefixo RE, que de acordo com Morin (2005), tem diversos significados. Entre eles o seu significado dialético, não se limitando a renovação. Pois, “pode acolher o novo. E o novo só pode basear-se numa memória, isto é, no RE” (MORIN, 2005, p. 382). Só o novo pode salvar a vida, “o novo, que rompe com o RE, inscreve-se nele, transforma e conserva-o” (MORIN, 2005, p. 382). Hoje assistimos o agravamento da questão ambiental, amplia-se cada vez mais as áreas desmatadas e os nossos governantes sobretudo ao do Estado de Mato Grosso, insiste em brigar com os números que tem sido disponibilizados pelo INPE.

Esta luta pela terra, difere daquelas fundamentais entre o agricultor familiar e o camponês. O camponês do qual insistimos em defender é aquele que está preocupado com a mudança da sociedade, e isto pode significar muitas vezes a mudança do ambiente de morada, retirando-se muitas vezes para a terra das possibilidades, como demonstra Castro Oliveira:

É no sentido de ser retirante que o campesinato cumpre a tarefa profética de caminhar em direção à Terra Prometida. Caminha para negar a morte; negar a falta de direitos; negar a expropriação. Caminha para não se tornar ausente; retira para se reencontrar, para se fazer presente, para buscar ‘ser’ no mundo (1998, p. 200).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja IN *Brasil: Questões atuais da Reorganização do território*. CASTRO, Iná Elias de et alii (org.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Pgs. 325-366.
- CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto. 1991.
- CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. Tempo de Travessia, tempo de recriação: Profecia e trajetória camponesa. Tese de doutorado – FFLCH- USP. Pós Graduação em Antropologia Social, 1998.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925), 1974.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Agronegócio nas Américas: O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato IN *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP. 2005.2005.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação IN *Conflitos no campo – Brasil 2004*. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2005.

- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, SP, 1996.
- LÊNIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de formación de un mercado interior para la gran industria*. Traducción castellana de José Lían Entralgo. Barcelona Editorial Ariel. 1974.
- MOURA, Maria Margarida. *Os camponeses*. 2 ed. São Paulo: Ática. 1988.
- MORIN, Edgar. *O método II: a vida da vida*. Trad. Marina Lobo. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- POLTRONIERE, Ligia C. Departamento de Geografia IGCE-UNESP, Rio Claro, SP, 1992, pp.176-188-189.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: Algumas considerações IN *Análise econômica*. Brasília: IPEA, 1991. pgs. 141-152.
- SAHR, Wolf-Dietrich. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma palavra e as coisas IN *R RA'E GA*. Curitiba: UFPR, 1998. pgs. 64-84.
- SHANIN, Teodor. *La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo* (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec. 1978.